

HISTÓRIA E INTERPRETAÇÃO

Sérgio Costa Franco

Um livro lúcido e objetivo a respeito de interpretação da história foi escrito pelo brasileiro Leôncio Basbaum. Chama-se **O Processo Evolutivo da História**, foi editado em 1963 pela Editora Edaglit — pequena editora que pertencia ao próprio Basbaum —, e não teve a menor repercussão nos meios culturais do País. Compreende-se. Leôncio Basbaum, se não foi propriamente um escritor maldito, pertenceu à espécie dos que são simultaneamente indexados pelas patrulhas ideológicas da direita e da esquerda. E é sempre difícil brilhar no mundo das letras e das ciências, sem contar com a banda de música de uma das patrulhas. Tendo sido comunista e até dirigente do PCB até 1933, Basbaum foi depois afastado e “congelado” pelos homens do Partidão. Pesava contra ele a pecha de “burguês”... De outra parte, tendo-se conservado marxista até morrer em 1969, embora revisionista, jamais achou guarida entre os conservadores. Mesmo porque nunca se preocupou com titulações universitárias.

Mas **O Processo Evolutivo da História** é um livro que faria muito bem a certos estudiosos da História, que, tendo assimilado pela rama a concepção materialista, levam às últimas conseqüências a assertiva de Marx de que a História da Humanidade se confunde com a história das lutas de classe. Desprezando os outros fatores que condicionam o processo evolutivo, pretendem eles reduzir tudo a um esquema de conflitos econômicos. O simplismo com que o fazem é, ao mesmo tempo, primário e pedante. Porque, embora pretendendo assumir uma postura crítica e revisionista diante da historiografia tradicional, revelam em geral muita ignorância de detalhes, muito atropelo aos fatos e muita insensibilidade na análise dos documentos. Marx leva as culpas indevidas de muita bobagem que anda se dizendo por aí, porque em nenhum de seus livros chegou a sistematizar e ordenar sua concepção materialista da história. Mas quando escreveu ensaios históricos, como **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, não mergulhou, de maneira alguma, nesse economismo esquemático que se tornou triunfante em certos meios universitários brasileiros. Os fatos da superestrutura lhe mereceram a melhor atenção.

(Do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, 21/9/1982)

PELA DATA CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Henrique Furtado Portugal

(Pronunciamento lido no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 31/7/1982.)

Acertado com o Presidente de nosso Instituto, Professor José Geraldo de Faria que não se deixasse em branco este meio século decorrido do movimento cívico-militar eclodido em São Paulo a 9 de julho de 1932 e que durou três meses, com reflexos em outros Estados da Federação, juntei nestas linhas algo que lerei, solicitando sua inclusão integral na ata dos trabalhos e, futuramente, na revista do Instituto. É que vivi, como estudante de medicina no Rio de Janeiro, as trepidações políticas e as fases tumultuárias de 1929 a 1931. Residia em Niterói e trabalhava como revisor do extinto jornal governista **O Estado**, da antiga capital fluminense. Convocado para servir na Terceira Companhia do Batalhão Acadêmico, que ficava estacionado na Escola do Estado-Maior do Exército, à Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, meu pelotão era comandado pelo Tenente João Ribeiro Pinheiro, morto em 1935 no ataque ao 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Já em 1932, clinicava em minha cidade natal – Rio Preto – sentindo a trepidação revolucionária no vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira.

Releio um documento de julho de 1931, largamente divulgado na imprensa e estações de rádio do Rio de Janeiro e São Paulo:

“O Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, considerando o caso paulista mais um caso nacional do que regional; considerando que os seus reflexos já se fazem sentir, não só dentro do País, como no estrangeiro; considerando chegado o momento de se estabelecerem os governos civis; e, considerando uma necessidade imperiosa a retirada das forças militares do cenário político, para que possam organizar a garantia da tranqüilidade nacional, crendo bem representar o pensamento dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, resolveu dar inteiro apoio de solidariedade aos estudantes de São Paulo, neste momento crítico e angustioso pelo qual estão passando, sofrendo toda sorte de insultos, vitupérios, por parte de elementos que há muito estão divorciados da vontade paulista, da vontade nacional. – Pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro – Henrique Furtado Portugal, presidente; Emílio Abdon Póvoa, primeiro secretário”.

Era a fórmula “civil e paulista”, inicialmente acolhida com o nome de Plínio Barreto, logo afastado por dificuldades com a “Legião Revolucionária” e o “Clube Três de Outubro”, tentando influir na escolha do Secretariado; depois vingou a fórmula com o Desembargador Laudo Ferreira de Camargo, que “sofrendo” o mesmo atropelo, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal; no entremeio esteve o Coronel Manoel Rabelo. Depois o Interventor Embaixador Pedro de Toledo, até a Revolução Constitucionalista. Para aderir a esta pediu demissão da Interventoria, sendo aclamado Governador de São Paulo ! Era “civil e paulista” !

Rememore-se, ainda que superficialmente, o sofrimento físico e moral do povo paulistano, quando a Junta Militar (Generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e Almirante Isaías de Noronha) depôs o Presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930. O Comandante da Região Militar sediada na Capital de São Paulo era o General Hastimphilo de Moura, que recebeu o Poder do Vice-Presidente em exercício, Heitor Teixeira Penteado, assumindo como Governador Militar. A Junta do Rio a 27 de outubro determinou-lhe que passasse o Governo ao Prof. Francisco Morato. Este pede uma confirmação de Vargas, ainda em Ponta Grossa, no Paraná, que responde: a situação “deve permanecer inalterada até emissários chegarem aí”. É que lá já estava como “Delegado Especial” o Tenente João Alberto Lins Barros, este logo comissionado como “Coronel” ! O princípio básico era impedir a todo custo a unidade política do Estado. Por exemplo, a 7 de novembro o “Delegado Militar” João Alberto autoriza Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luiz Barros (seu irmão) a instalarem a sede do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo !

Algo sobre a pessoa do General Hastimphilo de Moura, jovem Engenheiro Militar, fez parte da Comissão designada por Floriano Peixoto, sob a chefia do Engenheiro belga (naturalizado brasileiro) Luiz Cruls, para proceder à demarcação dos 14.400 km² no Planalto Central em cumprimento da determinação da Constituição de 1891, área que ficou conhecida com o nome de “Quadrilátero Cruls”, onde afinal foi construída Brasília. A passagem curiosa é que a viúva do General Hastimphilo, já em idade avançada foi à nova Capital, Brasília, no dia de sua inauguração a 21 de abril de 1960, declarando aos jornais e rádios que estivera no futuro Distrito Federal, quando lá estava o marido, na missão Chefiada pelo Eng. Luiz Cruls !

Mais de cem livros estão publicados sobre essa Revolução de 1932, citando pormenores, alguns até se contradizendo. Dentre estes o do nosso consócio Cel. Paulo René de Andrade — **Três Revoluções** — 1932.

Vozes isoladas pregavam o “separatismo” de São Paulo. No entanto o Manifesto básico, de 12 de julho de 1932, assinado por Pedro de

Toledo, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales e Generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger, dizia que não existiam outros intuitos senão reintegrar o país na ordem legal e restituir aos brasileiros o gozo dos direitos e franquias que são apanágio de nossa civilização; para isso o duplo e fundamental intento era entregar o Governo Federal a uma Junta, que, dentro do prazo indispensável para o preparo e funcionamento da Assembléia Constituinte, leve o País ao regime constitucional!

Se existisse a intenção “separatista”, com a Proclamação da República de São Paulo, teria sido fácil a consecução internacional do direito de “beligerância”, o que não ocorreu.

Altamente curioso é o que “O Estado de São Paulo”, em suas “Efemérides” de 11 de julho, assinala: — “1932 — Venceslau Brás protesta junto ao Governador Olegário Maciel contra o emprego da Força Pública Mineira para combater os paulistas”. Em **Caminho para Brasília**, Juscelino Kubitschek menciona o fato.

Fiz mesmo uma investigação no livro-biografia “**Venceslau — um pescador na Presidência**”. Se houve “protesto”, ele ali não foi mencionado. No entanto, cita o livro que no Rio se formara uma Comissão integrada por Lauro Sodré, Miguel Couto, Almirante Protógenes Guimarães, a que se adicionaria Wenceslau Brás, comissão que iria a São Paulo para “harmonizar”, o que não se efetivou. De certa forma se pode interpretar como confissão do Estado de Minas Gerais em haver provavelmente “falhado” no apoio a São Paulo, a longa série de artigos de fundo escritos para o órgão oficial de Minas, o **Minas Gerais** por seu Diretor Mário Casasanta, todos intitulados **Razões de Minas**, mais tarde publicados em volume com Prefácio de Gustavo Capanema. É um importante livro histórico-literário.

Os fatos que se seguiram mostram que foi votada a nova Constituição em 1934, com a bancada paulista em frente única, eleita por unanimidade, sob a liderança de Alcântara Machado. Tanto não era inverdade a desconfiança com os poderes federais, que em novembro de 1937 foi rasgada a nova Constituição! Nova ditadura veio até 1945, e nova Constituição votada pelo Congresso em 1946.

Segundo antigas declarações de Guilherme Figueiredo (irmão do atual Presidente da República), o médico Manoel José Ferreira, comprou pessoalmente o correspondente a um navio de armas nos Estados Unidos, mas o material chegou depois de cessada a Revolução. Assim foram presos o navio, o médico e tudo. Tive bastante contato com este médico, ele, professor e Diretor da então incipiente Faculdade Fluminense de Medicina, eu, como Presidente da Associação Fluminense de Estudantes de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. É que se fizera representação ao Ministro da Educação Francisco Campos contra o

reconhecimento (que acabou sendo feito) da dita Faculdade; mais tarde novos contatos, eu como Chefe do Gabinete da Secretaria da Saúde de Minas Gerais, ele como Diretor do Serviço Especial de Saúde Pública; Manoel Ferreira era muito relacionado nos Estados Unidos, por suas ligações com o Setor Médico da Fundação Rockefeller, entidade em que fizera curso e que dava assistência ao combate às endemias no Brasil, inclusive e principalmente a febre amarela.

Em Rio Preto e Lima Duarte, cidades mineiras, foram, de certa forma importunados em suas atividades os médicos Dolor Gentil Ramalho Pinto (ainda vivo), Nominato de Paiva Duque, Manoel de Carvalho Prata (Santa Bárbara do Monte Verde), João Vitor Lamanna e o industrial fazendeiro Joaquim Martins Ferreira.

Para culminar essa efeméride, é de se lembrar que a Capital de São Paulo teve a visita especial do Presidente João Figueiredo, filho do revolucionário de 1932, Coronel Euclides Figueiredo e que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos comemorou a data lançando um selo especial do valor de Cr\$140,00, com estes versos de Guilherme de Almeida: "Aos épicos de julho de 32, que, fiéis cumpridores de sagrada promessa feita a seus maiores/Os que houveram as terras e as gentes por sua força e fé/Na lei puseram sua força e em São Paulo sua fé".

*